

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

REGIÃO E REDE REGIONAL "GAÚCHA": ENTRE REDES E TERRITÓRIOS

Rogério Haesbaert

Boletim Gaúcho de Geografia, 21: 15-27, ago., 1996.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38616/26351>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - ago., 1996

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

REGIÃO E REDE REGIONAL “GAÚCHA”: ENTRE REDES E TERRITÓRIOS

Rogério Haesbaert *

Os objetivos deste trabalho são, basicamente: primeiro, realizar uma breve discussão teórica sobre o conceito de região em Geografia, incluindo aquela que apresentamos em trabalho anterior (HAESBAERT, 1988) e associando-o às concepções de território e rede; segundo, propor um novo debate em torno do conceito de *rede regional*, produto de uma pesquisa mais recente (HAESBAERT, 1995) que envolveu os migrantes “gaúchos” ou sulistas em seu processo de des-reterritorialização no Nordeste brasileiro.

Os principais embates conceituais – O debate que envolve a distinção entre uma Geografia regional e uma Geografia sistemática (diferença que remonta à distinção entre “Geografia especial” e “Geografia sistemática” de Bernard Varenus) pode de certa forma ser transportado para o próprio interior da Geografia regional, pois a questão regional tem acompanhado o desdobramento de alguma forma cíclico do pensamento geográfico, onde se alternam posições ou correntes mais empiristas ou voltadas para a experiência concreta e o “espaço vivido”, enfatizando a subjetividade, e abordagens mais racionalistas ou de reflexão teórica, com maior pretensão de objetividade¹, como se uma viesse como reforço diante da fragilidade ou em socorro diante dos excessos da outra.

A noção de *região*, ou, para sermos mais precisos, a *análise regional*, marca sem dúvida muito mais as correntes de tradição empirista da Geografia (tanto no que se refere ao empirismo mais objetivo “lablachiano” quanto ao empirismo mais subjetivo “humanístico”) do que as de tradição racionalista, com uma preocupação teórico-generalizadora mais pronunciada.

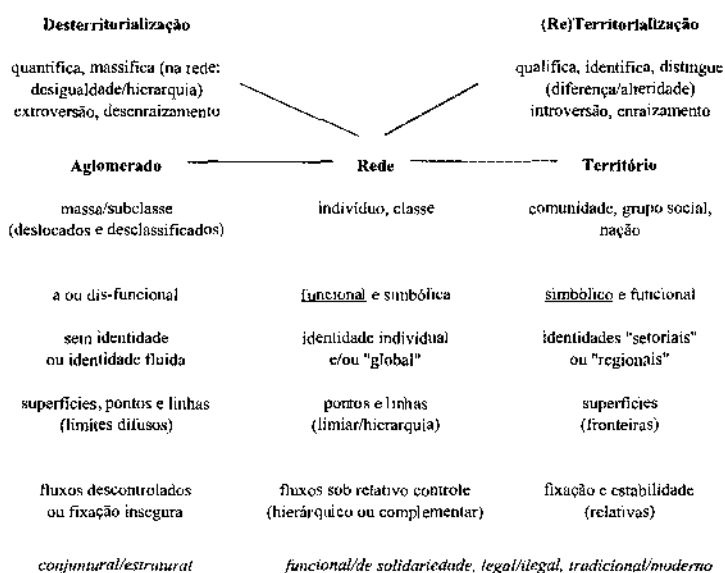
Poderíamos afirmar que, à medida que nossa pretensão racionalista se reforça, o conceito de região tende a perder sua relevância. O ápice desse processo teria ocorrido durante a fase mais racionalista/teoricista da Geografia, através de algumas propostas da perspectiva neopositivista (ou da “Geografia quantitativa”) que reduziu a região a uma simples “classificação de áreas” (ou a uma “região analítica” como modelo [cf. GRIGG, 1974])².

Se simplificarmos, associando essa transformação algo cíclica (ou “em ondas”) do pensamento geográfico com duas das noções geográficas mais difundidas, as de *território* e *rede* (conforme definido por LÉVY, 1992), podemos observar que a *região* se firmou ora vinculada a uma “lógica territorial” priorizadora de áreas/superfícies contínuas, ora a uma “lógica reticular” (ou um “espaço areolar”, “sobretudo intrínseco”, e um “espaço linear”, “sobretudo extrínseco”, cf. define BERQUE, 1982:118-119).

Na nossa distinção entre territórios, redes e “aglomerados humanos de exclusão”, vinculados aos processos de territorialização e desterritorialização (HAESBAERT, 1995), deixamos claro que não se tratam de conceitos estanques, separados. Trabalhos recentes, como os de LATOUR (1991), que defende a preservação das “redes alongadas” dos modernos em detrimento dos “territórios” dos pré-modernos, e BADIE (1995), que sobreenfatiza um mundo desterritorializado pelas redes, com o fim das “mediações territoriais” (que ele associa basicamente ao Estado), na nossa opinião exageram na distinção entre redes e territórios.

Os processos de des-re-territorialização (ou de T-D-R, como propôs RAFFESTIN, 1986) formam assim um *continuum* que vai desde os *territorialismos* ³ mais enraizados até os aglomerados de exclusão completamente desenraizados (mas que, numa dialética muito curiosa, podem se dar as mãos: quando, por exemplo, fundamentalismos ideológico-religiosos com uma rígida base territorial, como no Camboja de Poi Phot ou no Irã de Khomeini, conquistam seus adeptos mais radicais dentro dessa massa de excluídos e marginalizados).

Reproduzimos abaixo, de forma adaptada, um esquema proposto para caracterizar (mais enquanto “tipos ideais” do que como realidades concretas) territórios, redes e aglomerados humanos de exclusão:



De acordo com essas concepções, podemos afirmar que as *regiões homogêneas* que brotaram a partir da Geografia regional de Vidal de La Blache estavam muito mais vinculadas a uma noção tradicional de território (espaço-superfície uniforme, cuja apropriação era vista a partir de fronteiras bem definidas) do que de rede, conjunto de relações e fluxos hierarquicamente ordenados (como nas *regiões funcionais* propostas por JUILLARD, 1962).

Nessa passagem de uma região-território para uma região-rede (sempre em termos relativos, não exclusivistas), alguns elementos, entretanto, permaneceram. A região continuava sendo vista basicamente como:

- uma fração ou recorte espacial dentro da diferenciação geográfica da superfície terrestre (daí sua vinculação, no senso comum, com qualquer porção do espaço geográfico, distinta por critérios muitas vezes puramente subjetivos e não levando em conta a escala a que se refere) e que envolve não apenas um mas uma combinação de fenômenos (embora geralmente um ou alguns deles sejam sobrevalorizados no momento de delimitar a região);

- uma escala intermediária entre os níveis local ou cotidiano de relações e o nível nacional ou do Estado-nação (embora até hoje a “Geografia Regional” dos currículos universitários se refira basicamente a uma abordagem em escala internacional, quando se trata de uma “teoria da regionalização” o tratamento básico se refere à escala intranacional).

Se região é vista como um recorte espacial qualquer, independente de escala, ela se torna fluida, de caráter extremamente ambíguo e sem conteúdo conceitual articulado: um “continente”, um bloco de Estados-nações, um país, um conjunto de províncias dentro de um país ou mesmo áreas distintas no interior de uma cidade seriam todos “regiões”. Confundimos aí a região no sentido de um simples instrumento ou recurso metodológico para identificar a diferenciação ou a desigual distribuição (hierárquica) de fenômenos no espaço, a *regionalização*⁴, com a *região* num sentido epistemológico mais amplo, aquele que visa construir e definir conceitos mais rigorosos para apreender a realidade.

Como a questão da escala geográfica é fundamental na construção de conceitos em nossa disciplina, propomos partir de uma base escalar relativamente definida a fim de tornar mais preciso o conceito de região e os fenômenos que ele implica. Tomando escala geográfica não como uma escala puramente física, cartográfica, definida a priori⁵, percebemos que ela é mutável, porque definida pelo próprio movimento da realidade, os fenômenos sociais concretos que se manifestam através do e com o espaço.

É quase unânime entre os cientistas sociais a afirmação de que a *escala regional* por excelência é aquela que se manifesta entre a escala local ou cotidiana de relações e a escala nacional ou dos Estados-nações. Mas, como há “n” Estados, de múltiplas dimensões e complexidades, a noção de escala regional, definida desta forma, não serve para definir região – afinal, qualquer recorte que reúna “localidades” do Uruguai ou do Brasil, de Luxemburgo ou do Canadá, seriam regiões, pelo simples fato de ocorrerem numa “escala intermediária” entre as escalas local e nacional.

Por outro lado, sabe-se que a noção de região nasceu e difundiu-se a partir de uma relação específica dos grupos sociais com seu espaço: *regere*, comandar, significava a dominação política de um espaço. À região como espaço político acrescentou-se mais tarde, incorporando noções do próprio senso comum, a região como espaço (ou território) de identidade, ao qual se atribuem significados culturais que acrescentam uma apropriação simbólica ao domínio mais concreto do espaço, de natureza político-econômica.

De simples recorte espacial ou uma determinada escala geográfica, a região passa a ser também, muitas vezes, sinônimo de *território*, em seu sentido mais geral de espaço apropriado e diferenciado concreta e/ou simbolicamente pela sociedade. Mas as rápidas mudanças desencadeadas pela modernidade capitalista e suas redes cada vez mais transnacionalizadas, promovendo a desterritorialização, acabaram colocando em questão muitas dessas diferenciações espaciais. Estas mudanças impõem sobre as *diferenças* (geralmente político-culturais, implicando numa alteridade), as *desigualdades* que, sob um mesmo padrão de referência (o nível de inserção na economia capitalista, por exemplo), difundiam relações sócio-econômicas de natureza hierárquica, desigual e combinada.

As fronteiras, mais do que representar as diferenças, em sentido estrito, passaram a legitimar as desigualdades entre sociedades amalgamadas pelo mesmo modelo econômico de “desenvolvimento”. Alguns chegaram a afirmar que a região, sob o capitalismo, pelo menos nos países centrais, tenderia a desaparecer (por ex., OLIVEIRA, 1977). Mas o modelo universalizante dessa modernização desigual acabou revelando inúmeras diferenciações e conflitos, manipulados ou não por essa própria modernização (capitalista), provocando assim o resgate ou a reatualização de movimentos sociais re-diferenciadores (que proponho denominar de *reterritorializantes*).

O fim da guerra fria, instituindo um “vazio de sentido” ao extinguir a disputa entre dois padrões gerais (tidos como antagônicos) de organização do espaço social, a crise do Estado-nação como espaço de mediação político-econômica e referência identitária, juntamente com o crescente processo de exclusão social na nova divisão capitalista do trabalho, trouxeram à tona, às vezes com redobrado vigor, neonacionalismos, regionalismos, identidades étnicas e religiosas que resultam numa redefinição de territórios. Estes não estão apenas em busca de uma integração ou de uma “fatia” própria dentro do modelo socioeconômico globalizado (ainda que via circuitos ilegais) mas conformam muitas vezes uma espécie de resistência aos padrões culturais ocidentais, hegemônicos, especialmente no que se refere ao fundamentalismo islâmico.

O mundo urbano-industrial, científico e tecnocrático, “em rede” e “desterritorializador” (BADIE, 1995), que começou a ser retratado através de noções como as de “região funcional” e “polarizada” (PERROUX, 1955), acabou evidenciando sua complexidade, pois conviviam dentro dele, ao mesmo tempo e muitas vezes de forma disfarçada ou oprimida, distintas culturas e identidades com potencial nada desprezível de reconstrução de territórios.

A região, que havia nascido conjugada aos processos de territorialização ou de diferenciação geográfica (a começar pela diferenciação física das “regiões naturais”), tida como em extinção na desterritorialização promovida pela modernidade racionalista e instrumental e seu meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1994) cada vez mais globalizantes, volta à tona através dos movimentos regionalistas. O conceito, tornado menos genérico, pode ser melhor definido, mais rigorosamente elaborado, partindo de fenômenos/realidades sociais concretas, especialmente os chamados regionalismos, em nível político, e as identidades regionais, em nível cultural.

A complexidade que esse espaço regional envolve tem sido um dos maiores entraves para uma maior precisão conceitual, como fica patente nesta definição recente, feita por MARKUSEN (1987):

Uma região é uma sociedade territorial contígua, historicamente produzida, que possui um ambiente físico, um milieu [meio] socioeconômico, político e cultural distinto de outras regiões e em relação a outras unidades territoriais básicas, a cidade e a nação. (p. 16-17)

Embora sua linha de interpretação seja o marxismo, na qual o regionalismo é uma das bases fundamentais para a construção do conceito, a autora não deixa isto explícito na conceituação acima reproduzida⁶. Nossa proposta conceitual, embora não considerando explicitamente a dimensão físico-natural do espaço, deixa clara a vinculação entre região, regionalismo e identidade regional:

Um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução (HAESBAERT, 1988:26)

Substituindo “interesses” por “reivindicações” e entendendo “fração ou bloco ‘regional’ de classe” como um bloco hegemônico (tal como definido por Gramsci) que se articula frente ou dentro do bloco hegemônico “nacional”, temos explicitamente colocada neste conceito a questão do regionalismo tal como definido por Markusen. Base concomitantemente de uma organização política e de uma identidade cultural, a região assim definida é, ao mesmo tempo: um recorte espacial; uma escala geográfica intermediária entre o nível local e o nacional; um território, como área contígua entre fronteiras razoavelmente definidas, dentro do Estado-nação; um espaço-base para a articulação de fenômenos sociais distintos: os regionalismos e as identidades regionais, nos quais ele joga um papel decisivo (tanto em sua dimensão “natural” quanto social) através do domínio político e da apropriação simbólico-cultural.

O processo de dominação e apropriação do espaço e de sua transformação em territórios que, neste caso, são também regiões, se dá assim tanto de forma concre-

ta, pelo exercício de poder sobre um determinado recorte espacial, quanto simbólica, quando o espaço, a própria paisagem, é erigido como um símbolo de identificação cultural (um *espaço de referência identitária*, como indicou POCHE, 1983).

Temos então pelo menos dois elementos espaciais básicos que compõem a região: a *fronteira territorial*, que estabelece limites no interior dos quais se manifesta e através dos quais se define e mesmo se fortalece o movimento de reivindicação (regionalista) frente ao Estado, assim como é reconhecida ou passa a ser construída uma identidade territorial (regional); e as *redes*, sejam elas materiais ou imateriais, funcionais e/ou de solidariedade, que tanto podem dar coesão e estruturar internamente a região quanto integrá-la externamente a outras escalas e/ou territórios aos quais é vinculada ou mesmo por eles transpassada.

Identificar-se com um espaço e defendê-lo como seu, buscando maior autonomia (em sentido amplo) é assim um requisito fundamental na definição aqui proposta para região. Sem deixar de reconhecer o enorme peso das relações sócio-econômicas que promovem a desigual distribuição da riqueza no espaço social, é evidente que nossa concepção implica sobretudo reconhecer a região como uma das escalas *político-culturais* de organização dos grupos e movimentos sociais.

Nesse sentido, apesar de seu enorme potencial para dar origem a regiões (fortalecendo identidades territoriais e movimentos regionalistas), a desigualdade econômica não cria, por si só, uma região. No nosso ponto-de-vista a simples divisão inter-regional do trabalho e suas redes no interior do Estado-nação não bastam para definir o aparecimento de regiões ⁷.

Por reunir o simbolismo das paisagens e a materialidade territorial do poder político (estritamente vinculado, por sua vez, às formas de reprodução econômica), a região se define como um território supra-local e infra-nacional (daí sua grande complexidade), *locus* de reivindicações e de uma identidade territorial que se manifesta (de forma subordinada ou concorrente) frente àquelas construídas em outras escalas, notadamente a do Estado-nação.

Ocorre que hoje não só o poder do Estado-nação tem se fragilizado, sob a pressão das redes supranacionais globalizantes, como o poder local tem se reestruturado, fazendo mesmo com que alguns autores afirmem que a região mudou de escala, passando a se configurar “regiões locais” ⁸. Em algumas áreas, reestruturadas pela lógica da globalização econômica, chega-se mesmo a elaborar espaços “regionais” de identidade econômica e mesmo cultural trans ou plurinacional (parece ser este o caso de regiões como a da Catalunha espanhola e o Midi francês; o noroeste dos EUA e a Colúmbia Britânica; o “triângulo de crescimento” entre Singapura, sul da Malásia e noroeste indonésio; Hong-Kong, Taiwan e áreas do sul da China) ⁹.

A facilidade de passar diretamente de nossa escala local, cotidiana, para a escala mundial, via modernas tecnologias, prescindindo assim de escalas intermediárias como a regional e a nacional, parece transformar radicalmente nossas noções de escala e território. Contudo, a lógica capitalista e/ou a reativação ou reatualização de movimentos regionalistas e nacionalistas (cuja distinção muitas vezes é sutil),

como forma de fazer frente a essa “ditadura” da globalização (e da modernização e/ou ocidentalização que a acompanha), promoveu a retomada de identidades sepultadas como retrógradas e anti-funcionais em relação ao sistema dominante.

Um quadro geográfico ainda mais complexo se instaurou: *globalização e fragmentação, desterritorialização e reterritorialização, exclusão e integração* se projetam em múltiplas lógicas de separação e inserção, de imbricação e distinção entre redes e territórios. A região, assim como o território no sentido tradicional, enquanto espaço contíguo com fronteiras bem definidas, passou a não ser a única forma de manifestação dos “fenômenos regionais” (especialmente os regionalismos e as identidades regionais).

As grandes facilidades de transporte e comunicações incrementaram muito a mobilidade das pessoas e das idéias, tornando o mundo ao mesmo tempo muito mais homogêneo (uma “aldeia global”) e muito mais complexo, heterogêneo (uma miríade de pequenas “tribos”, como se convencionou chamar). Ao mesmo tempo que desterritorializam, difundindo globalmente uma “cultura internacional popular” (ORTIZ, 1994), as comunicações instantâneas permitem a manutenção de “raízes” culturais distintas, como é o caso dos migrantes que reforçam assim os elos com suas áreas de origem.

Com isso, aqueles que partilhavam de um território, ou melhor, de uma *região* comum, pela qual lutavam e com a qual se identificavam, e que são obrigados a deixá-la (por diversos motivos, entre os quais o mais importante é o acirramento das desigualdades sociais, da exploração e da exclusão frente aos circuitos econômicos “legais” dominantes), acabam reproduzindo em suas novas “regiões” (ou *diásporas [inter]nacionais*) traços identitários e relações de poder muito semelhantes àqueles de suas áreas de origem.

Como o espaço local para onde esses migrantes se dirigem sempre “já tem dono”, ou seja, possui territorialidades previamente construídas, a batalha passa a ser em torno de uma reterritorialização “regional” onde sua identidade cultural e um certo poder político-territorial não sejam perdidas. Aí, podemos dizer, fenômenos “regionais” ou mesmo “nacionais” (como no caso das diásporas chinesa e indiana) passam a se reproduzir principalmente à escala local, nos territórios mais íntimos, de vivência cotidiana.

A rede regional “gaúcha” – Um exemplo por nós estudado em detalhe (HAESBAERT, 1995) foi o dos “gaúchos” que, a partir da década de 1980, migraram para os cerrados do Nordeste brasileiro, especialmente o oeste baiano, sul do Maranhão e Piauí, em busca de terras baratas para a expansão da cultura da soja, na qual foram pioneiros na década de 1970 e que, graças a estímulos governamentais em pesquisa, foi possível expandir para áreas de solos ácidos e de clima tropical nos cerrados do Brasil Central.

Trata-se de mais um ramo de uma grande “diáspora” (v. mapa 1), iniciada com a própria imigração européia para o sul do Brasil no século passado e que foi gradativamente se expandindo por áreas de mata (e, hoje, de cerrado) no oeste de Santa Catarina e Paraná (anos 30 e 40), Mato Grosso do Sul (anos 50 e 60) e Amazônia

(anos 70). Eles se consideram “superiores” e a força de sua identidade sulista ou gaúcha tem entre seus fundamentos uma identidade étnica ou “imigrante” (pelo legado da imigração, especialmente alemã e italiana) e um movimento cultural muito expressivo (o MTG – “Movimento Tradicionalista Gaúcho”). Esses migrantes, para além da profunda desigualdade social em que se inserem, reproduzem territorialidades (por exemplo, novos municípios por eles criados e sobre os quais buscam exercer o poder político e econômico) que poderiam ser denominadas, com um certo exagero, “territórios gaúchos” no interior brasileiro.

Embora grande parte não provenha do Rio Grande do Sul, todos eles são denominados “gaúchos” pelos nordestinos. Isto indica não só uma extensão arbitrária de uma identidade, ampliada das fronteiras de um estado (os habitantes naturais do Rio Grande do Sul são conhecidos como gaúchos) para as de um conjunto de estados (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, que formam a chamada região Sul), mas também uma outra transposição geográfica da identidade gaúcha, do espaço do Pampa ou Campanha Gaúcha, na área fronteiriça do Rio Grande do Sul com o Uruguai e Argentina (cf. HAESBAERT, 1988), onde viviam os típicos “gaúchos”, pecuaristas descendentes de portugueses, indígenas e espanhóis, para o espaço ocupado por descendentes de alemães e italianos na zona colonial do Rio Grande do Sul, expandido depois para o oeste catarinense e o sudoeste do Paraná.

A “diáspora gaúcha” desencadeada pelo interior do país, do Mato Grosso do Sul a Rondônia, de Goiás ao sul do Maranhão, especialmente nas zonas agrícolas dos cerrados e da floresta amazônica, impulsionada pelo dilema da concentração da terra e os programas oficiais e privados de “colonização” (v. TAVARES DOS SANTOS, 1993), acabou difundindo não só uma espécie de rede capitalista comandada pelos migrantes mais ricos, mas também todo um amálgama cultural e mesmo político entre os mais diversos segmentos da população sulista migrante (vide a luta pela criação e o domínio de prefeituras municipais, bem como as votações em candidatos sulistas em outros níveis de representação).

Assim, ao mesmo tempo em que uma expressiva parcela dos sulistas, sob muitos aspectos, promove uma desterritorialização violenta no interior do país, e eles próprios, quando expropriados ou sem-terras, constituem grupos desterritorializados, a maioria acaba partilhando de uma identidade comum que, ao mesmo tempo que mascara desigualdades, difunde níveis de solidariedade provavelmente únicos em termos de grupos migrantes no Brasil. A força desse elo identitário, sedimentado principalmente através de práticas culturais comuns, acaba fortalecendo uma certa coesão política que ao mesmo tempo integra os gaúchos e os segrega frente aos outros grupos.

Exemplos dessa coesão e da reprodução da identidade cultural gaúcha, mesmo a milhares de quilômetros da região de origem, são dados pela difusão dos CTGs – Centro de Tradições Gaúchas (mapa 2) – e da Igreja Luterana (mapa 3). Comparando esses mapas com o mapa 1 fica nítida a associação entre esses fenômenos. O Movimento Tradicionalista Gaúcho é considerado hoje um dos movimentos culturais mais organizados e dinâmicos, com cerca de 2 milhões de filiados e Centros

inclusive fora do país, em cidades com razoável número de imigrantes sulistas, como Los Angeles, Nova York, Londres e Osaka. Já há quem ouse falar em “nação gaúcha” (revista *Veja*, 14.09.1994: 68-69), e a recente manifestação de um pequeno grupo separatista no Rio Grande do Sul pode ser uma evidência da força desse movimento também em nível político.

Forma-se assim aquilo que denominamos “rede regional gaúcha” no interior brasileiro, onde a construção, em nível local, de territórios mais específicos do grupo é assegurada por múltiplos elos com a região de origem, no Sul do país. Enquanto no Sul se consolida de fato uma *região*, vista sobretudo como território contíguo e com uma coesão interna proporcionada por uma relativa unidade política e cultural (reunindo aí regionalismo político e identidade cultural), no interior do país a maioria dos migrantes, pela força dessa identidade que, mesmo geograficamente descontextualizada, acaba muitas vezes até se reforçando no confronto com outros grupos, difunde uma rede de relações ao mesmo tempo econômica e de identidade político-cultural que pode ser caracterizada não como uma região em sentido estrito, mas como uma *rede regional*.

Pode-se assim concluir, a partir da análise dessa “rede regional gaúcha”, afirmando que a distinção entre território e rede, num sentido geográfico, é também uma questão de escala: observada em nível nacional, a presença dos sulistas fora da região Sul apareceria de forma pontual, com fluxos/redes ligando estes pontos¹⁰ e se imbricando a diversas outras redes. Vistos localmente, estes pontos ou nós da rede podem adquirir a feição de territórios, seja na formação de um bairro no interior de uma cidade (como o “bairro dos Gaúchos” em Barreiras, Bahia, e em Balsas, no Maranhão), seja na construção de um município onde a base do poder político e econômico é articulada pelo grupo dominante entre os sulistas (como em Chapadão do Sul e São Gabriel do Oeste, no Mato Grosso do Sul, ou em Canarana e Primavera do Leste, no Mato Grosso), sem falar em territórios mais amplos, como os novos estados em gestação onde a presença de grupos sulistas, ainda que minoritária, é muito evidente (por ex., na criação do estado do São Francisco, na Bahia, e do Araguaia, em Mato Grosso).

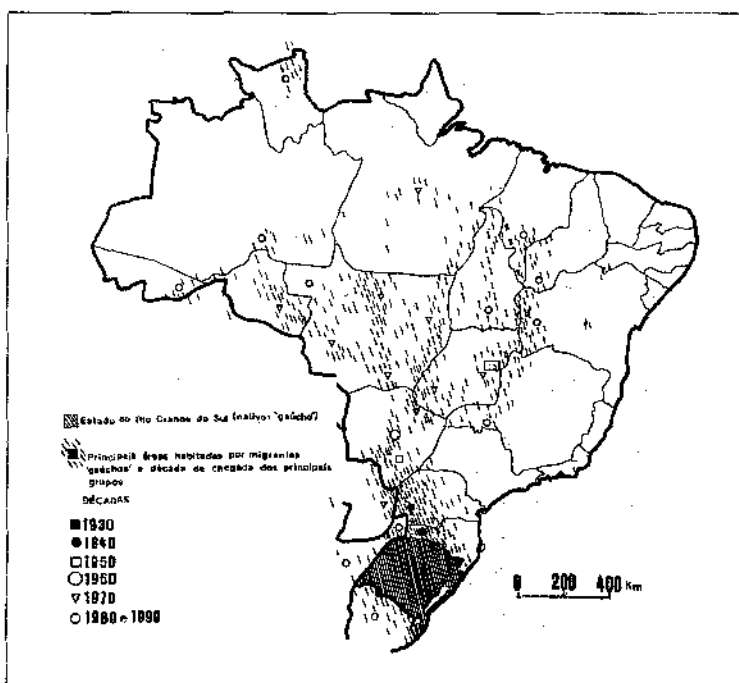
A rede regional, portanto, é uma rede porque nela dominam os fluxos, a mobilidade, a extroversão, e não as fronteiras, a fixação e a introversão, como nos territórios (pelo menos no seu sentido mais tradicional). E ela é regional porque implica numa difusão de uma identidade regional (o “gauchismo”, no caso) e de uma prática política relativamente restrita a este grupo “regionalmente” identificado. Embora não possa ser chamado propriamente de “regionalismo”, por não corresponder à defesa de um território regional no sentido clássico, o movimento político das elites gaúchas (ou sulistas) se imbrica numa lógica de *lobbies* que, embora muitas vezes dominada por um caráter ruralista e/ou vinculada a um setor agroindustrial específico (especialmente aquele relacionado à soja e seus derivados), acaba em vários momentos privilegiando os laços “sulistas” em detrimento dos grupos locais¹¹.

Podemos concluir afirmando que, num mundo desigualmente globalizado, grupos sociais como o dos “gaúchos” no interior do Brasil revelam o *gap* existente entre as dimensões política, econômica e cultural. No que se refere à rede regional

gaúcha, trata-se em geral de um processo que reúne concomitantemente a inserção em circuitos globais da economia capitalista (via complexo agroindustrial da soja, por exemplo), a inserção política em *lobbies* de pressão à escala nacional e em domínios políticos efetivos em nível municipal/local, bem como a manutenção de vínculos sócio-culturais "regionais" com o Sul do país.

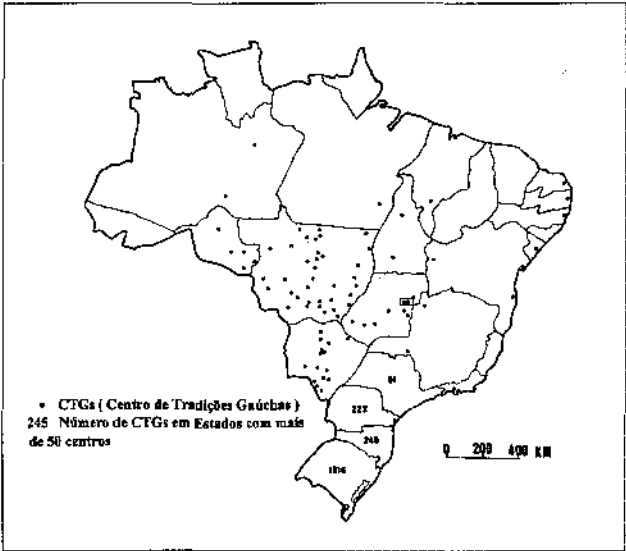
Mas mesmo no que se refere ao processo de (re)valorização de uma identidade regional ele se revela sempre de maneira ambígua, pois esse reforço da diferença pode vincular-se ao mesmo tempo à sociedade de consumo global (por exemplo, na entrada de grandes empresas nos circuitos de produtos "regionais", como a erva-mate para o chimarrão e os discos de música regionalista) e promover reações anti-globalizantes de características ao mesmo tempo regionais e nacionais¹². Por isso, é sempre nessa interface entre a dinâmica de "controle" ou de formação de territórios e a dinâmica dos fluxos ou das redes (sejam elas materiais ou simbólicas, funcionais ou de solidariedade) que o geógrafo deve trabalhar a questão regional. Questão regional que, com a crescente mobilidade de pessoas, mercadorias e informações, tende a se tornar mais complexa, envolvendo não apenas as bases do território-região, em sentido estrito, mas também os contornos fluidos das redes articuladas por identidades e/ou práticas sociais vinculadas à região de origem.

MAPA 1 – A DIÁSPORA GAÚCHA



FONTE: VÁRIAS (LIVROS, REVISTAS, JORNAIS E ENTREVISTAS DIRETAS)

MAPA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE TRADIÇÕES GAÚCHAS (CTGs) NO BRASIL



FONTE: CBTG (CONFEDERAÇÃO BRAS. DO TRADICIONALISMO GAÚCHO) E MTGs (MOV. TRADICIONALIS. GAUCHO)

MAPA 3 – DISTRIBUIÇÃO DA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA (IECLB) NO BRASIL



FONTE: ANUÁRIO EVANGÉLICO – 1994 – SÃO LEOPOLDO, ED. SINODAL

¹ Identificamos sinteticamente as principais correntes do pensamento geográfico nesta perspectiva em HAESBAERT (1990). CAPEL (1983) caracterizou, a partir da Geomorfologia, a sucessão de dois “tipos ideais” na história do pensamento geográfico: o “positivismo” (mais racionalista) e o “historicismo” (mais empirista).

² Embora num contexto teórico e político muito distinto, algumas propostas iniciais do marxismo na Geografia, mais objetivistas (e/ou “ideologicistas”), também desconsideraram a região como concepção pertinente aos estudos do geógrafo (v. por exemplo LACOSTE, 1977, e sua discussão da região como “conceito obstáculo”).

³ BRUNET et al. (1993:481) definem territorialismo como um “mau uso da territorialidade, desvio pelo qual se sobrevaloriza um território de pertencimento, ao ponto de excluir toda pessoa considerada como estrangeira, e eventualmente de estendê-lo em detrimento dos vizinhos: o territorialismo tem a ver com o terrorismo. Isso se produz notadamente quando se introduz na relação com o território uma idéia de naturalidade, em detrimento da historicidade fundamental do objeto (...)”.

⁴ Alguns autores como GRATALOUP (1991) ampliam de tal forma a abrangência do termo que a *regionalização* (o “recortar o espaço”) dos geógrafos aparece associada à *periodização* (o “recortar o tempo”) dos historiadores, ambos com relevância metodológica semelhante.

⁵ Para uma distinção entre escala geográfica e escala cartográfica, v. RACINE et al., 1983.

⁶ Ao contrário, em trabalho anterior, onde define regionalismo como “uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado” (MARKUSEN, 1981:83), a autora questiona a possibilidade de um conceito marxista de região, vendo esta mais como “a base ou a arena para o conflito” e reduzindo seu significado às “lutas que se dão nela” (ou seja, os regionalismos), e não à “entidade per se” (p. 63).

⁷ Demonstrando que as esferas política e cultural não são um simples apêndice da ordem econômica, o regionalismo, tal como o nacionalismo, não surge somente em espaços economicamente discriminados ou marginalizados, como quer fazer crer uma interpretação economicista. Segundo VENTÓS (1994:150-151), há inclusive áreas em que o nacionalismo (e o regionalismo, acrescentaríamos) aumenta enquanto diferenças sócio-econômicas diminuem (por exemplo, entre os flamengos belgas e, acrescentaríamos, hoje, no norte da Itália).

⁸ Ver por exemplo, BECKER (1984).

⁹ A ousadia de certos autores que defendem a globalização capitalista leva-os a propor concepções como a de “Estado-região” (parece que na verdade se tratam mais de regiões inter ou supra-estatais), áreas desvinculadas do “centro nacional”, ligadas diretamente à economia global e transformadas na “única entidade econômica com escala humana capaz de colocar a lógica global do bem-estar do indivíduo acima do nacionalismo barato e dos interesses das elites políticas nacionais” (Frazão, A. Z., “A lógica global”, jornal *O Globo*, 10.09.1994, citando artigo de K. OHMAE, 1993). Agradeço ao geógrafo Ivaldo G. de Lima pela referência.

¹⁰ Por exemplo, através de fluxos rodoviários, como as linhas diárias de ônibus ligando Barreiras (Bahia), com Santa Maria e Passo Fundo (Rio Grande do Sul), ou Alta Floresta e Canarana (Mato Grosso) com Porto Alegre (Rio Grande do Sul), e fluxos “informacionais”, como aqueles mantidos através de antenas parabólicas com emissoras do Sul do país.

¹¹ Vide o quase monopólio dos “gaúchos” na obtenção dos financiamentos bancários no oeste baiano e sua mobilização para levar a fábrica de óleos vegetais (Ceval), do grupo Hering, de Barreiras para Mimoso do Oeste, localidade majoritariamente sulista nos cerrados baianos e que, mesmo com cerca de 10.000 habitantes, várias indústrias e três agências bancárias, continua lutando por sua emancipação de Barreiras.

¹² Vide, por exemplo, esta afirmação “nacionalisticamente” ambígua no manifesto de criação da Confederação Brasileira do Tradicionalismo Gaúcho, assinado em 1987: “(...) o laborioso e sacrificado povo brasileiro (...) além da espoliação econômica tem como realidade amarga, a colonização cultural da nossa gente por interesses alienígenas que não nos dizem respeito e ferem danosamente os nossos princípios, nossos usos e costumes e a própria filosofia de vida de nosso povo (...)”

- BADIE, B. 1995. *La fin des territoires*. Paris, Fayard.
- BECKER, B. 1984. A crise do Estado e a região – a estratégia da descentralização em questão. In: Coraggio, J. L. et al. *Ordenação política do território: uma questão política?* Rio de Janeiro, UFRJ.
- BERQUE, A. 1982. *Vivre l'espace au Japon*, Paris, PUF.
- BRUNET, R. et al. 1993 (3ª ed.). *Les mots de la Géographie: dictionnaire critique*. Montpellier Reclus; Paris, La Documentation Française.
- CAPEL, H. 1983. Positivismo y antipositivismo en la ciencia geográfica – ele ejemplo de la Geomorfología. *Geocritica*. Barcelona, nº 43 (jan.).
- CORREA, R. L. 1994. Região: globalização, pluralidade e persistência conceitual. *V Congresso Brasileiro de Geógrafos (Anais)*. AGB, Curitiba, 17 a 22.07. 1994.
- GRAMSCI, A. 1987. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GRATALOUP, C. 1991. Les régions du temps. *Périodes: la construction du temps historique* (Actes du Ve. Colloque d'Histoire au Présent). Paris, EHESS and Histoire au Présent.
- GRIGG, D. 1974. Regiões, modelos e classes. In: Chorley, R. e Haggett, P. (eds.) *Modelos integrados em Geografia*. São Paulo, EDUSP; Rio de Janeiro, LTC.
- HAESBAERT, R. 1988. *RS: Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- _____. 1990. Filosofia, Geografia e crise da Modernidade. *Terra Livre* nº 7. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros/Marco Zero.
- _____. 1995. “Gaúchos” no Nordeste: Modernidade, Des-territorialização e Identidade. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- JUILLARD, E. 1962. La région: essai de définition. *Annales de Géographie*, LXXI, 387 (edição espanhola: La región: ensayo de definición. In: Mendoza, J. et al. 1982. *El pensamiento geográfico*. Madrid, Alianza Editorial).
- LACOSTE, Y. 1977. El establecimiento de un poderoso concepto-obstáculo: la región. In: *Geografía – un arma para la guerra*. Barcelona, Anagrama.
- LATOUR, B. 1991. *Nous n'avons jamais été modernes*. Paris, La Découverte (edição brasileira: *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994).
- LÉVY, J. 1992. Vers la société-monde? (cap. 4). In: Durand, M.F. et al. *Le Monde: espaces et systèmes*. Paris, Presses de la Fondation des Sciences Politiques e Dalloz.
- MARKUSEN, 1981. Regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço & Debates* 2(1). São Paulo, Cortez.
- _____. 1987. *Regions: the economics and politics of the territory*. Totowa, Rowman & Littlefield Publishers.
- OHMAE, K. 1993. The rise of the region state. *Foreign Affairs*, 72(2):78-87.
- OLIVEIRA, F. 1977. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ORTIZ, R. 1994. *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- PERROUX, F. 1955. Note sur la notion de pôle de croissance. *Économie Appliquée*, nº 1-2.
- POCHE, B. 1983. La région comme espace de référence identitaire. *Espaces et Sociétés* nº 2.
- RACINE, J., RAFFESTIN, C. e RUFFY, V. 1983. Escala e ação, contribuições para uma interpretação de escala na prática geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 45(1):123-135, jan.-mar.
- RAFFESTIN, C. 1986. Ecogénese territorial et territorialité. In: Auriac, F. e Brunet, R. (eds.) *Espaces, jeux et enjeux*. Paris, Fayard/Fondation Diderot.
- SANTOS, M. 1988. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, HUCITEC.
- _____. 1994. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo, HUCITEC.
- TAVARES DOS SANTOS, J. 1993. *Matuchos: exclusão e luta (do Sul para a Amazônia)*. Petrópolis, Vozes.
- VENTÓS, X. R. 1994. *Nacionalismos: el laberinto de la identidad*. Madrid, Espasa Calpe.

* Professor na UFF-Niterói / Este texto, base da exposição em painel no XVI EEPG, é uma versão em português, com pequenas alterações, de artigo publicado em inglês no “The European Geographer” (vol.9, 1995), editado pela Associação de Jovens Geógrafos de Lisboa, Portugal.